

sugestão de que melhor seria trazer os conselheiros dos Comitês para compor a Câmara Técnica do CRH. A subsecretária de Planejamento e Monitoramento Ambiental da SEMA, Maria Sílvia Rossi, manifestou que a discussão de cobrança é das mais estratégicas que o Distrito Federal tem no momento, visto que este é um tema de grande importância, assim, sugere que seja incorporado pela Câmara Técnica do CRH. É preciso divergir cobrança de subsídio de agência. A engenharia de financiamento envolve cobrança, porém, não é só isso. A Agência Nacional de Águas – ANA quer se desonerar do financiamento dos Comitês de Bacias nacionais, e o DF tem que estar atento a isto mas, pautando seus próprios interesses. Concorde que cobrança tem que entrar na fórmula, mas adverte que a discussão de divisão do setor/usuário tem que ser aberta e clara para que se pactue a construção técnico e política que permitirá a governança no Território. Ainda há tempo para a SEMA/DF, através da CTPA/CRH, enfrentar a discussão da cobrança. A subsecretária se dispôs a ajudar a CTPA nessa questão, sugerindo que trabalhe proativamente com a ANA e o MMA, no sentido de disciplinar em nível nacional, a exemplo do que foi feito no enquadramento. Salientou que não tem ninguém confortável com cobrança no Território nacional. A alternativa é reunir com os Estados e suas SEMAs e CRHs estaduais e pautar essa discussão de forma mais clara e objetiva. Concluiu advertindo que da forma como vem sendo tratada a questão a CAESB pode ser estrangulada e no futuro terá que repassar a conta para o consumidor. O presidente da reunião concluiu que todas as falas convergem no sentido de que o tema da Cobrança seja discutido e aprofundado no âmbito da câmara técnica permanente de assessoramento (CTPA) do CRH/DF o que irá embasar os esforços já existentes. Submeteu a questão à votação, o que foi aprovado por unanimidade. Lembrou que a questão de agência será debatida na 15ª reunião ordinária, que acontecerá no dia 24 de junho, o que foi aprovado por todos. Não havendo mais considerações, o Presidente encerrou a reunião. A presente Ata será lida, aprovada e assinada pelos conselheiros presentes e, posteriormente, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Ao vigésimo nono dia do mês de julho de dois mil e quinze, às nove horas, no – Salão Branco do Palácio Buriti - GDF, Brasília, DF, Brasil, ocorreu 2º reunião conjunta do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal – CONAM/DF e do Conselho de Recursos Hídricos – CRH/DF, atendendo à convocação para a 54ª e 17ª reunião extraordinária dos respectivos conselhos, ambos presididos pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/DF, sob a seguinte pauta: Item 1: pronunciamiento das autoridades, assinaturas de parcerias institucionais e falas de contexto. Item 2: Apresentação do Modelo de Governança do Programa “Cultivando Água Boa” da Itaipu Binacional. Item 3: Apresentação das agendas dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Distrito Federal - CBHs/DF, (CBH-Paranoá, CBH-Preto e CBH-Maranhão). Item 4: Apresentação do Grupo de Trabalho Recupera Cerrado. Item 5: Informe sobre o Enquadramento dos Corpos d’água do DF. Fizeram-se presentes o excelentíssimo senhor Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, presidente dos Conselhos, senhor ANDRÉ RODOLFO DE LIMA, e os seguintes Conselheiros (as): SÉRGIO AUGUSTO DE MENDONÇA RIBEIRO (SEMA); FRANKLIN DE PAULA JÚNIOR (SEMA); WALDER SURIANI (SINESP); LÚCIA HELENA FERREIRA MOURA (SEGETH); PAULO SÉRGIO BRETAS DE A. SALLES (SECTI); GABRIELA DE OLIVEIRA ROMÃO (SECTI); KENNYA MARIA OLIVEIRA RAMOS (SECTI); JANE MARIA VILAS BÔAS (IBRAM); LUIZ ARISTIDES LARGURA RIOS (IBRAM); PATRÍCIA VALLS E SILVA (IBRAM); MAURÍCIO LUDUVICE (CAESB); RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL (CAESB); JOSÉ HENRIQUE DE OLIVEIRA VILELA (CEB); JORGE ENOCH FURQUIM WERNEK LIMA (EMBRAPA); VINÍCIUS FUZERA DE SÁ BENEVIDES (ADASA); DIÓGENIS MORTARI (ADASA); RAFAEL MACHADO MELLO (ADASA); REGINA STELLA QUINTAS FITTIPALDI (FÓRUM DAS ONGs); CÉLIO ERNESTO BRANDALISE (CBH/MA); ELISA COUTINHO DE LIMA SALDANHA (CBH/MA); ANA PALMIRA SILVA (CBH/PARANOÁ); JOSÉ FRANCISCO GONÇALVES JÚNIOR (UnB); GENÉSIO ANTÔNIO MULLER (SRDF); FRANCISCO ALVES RIBEIRO (SRDF); TEREZINHA LIMA (ÚNICA/DF); MARCOS HELANO F. MONTENEGRO (ABES/DF). Os demais Conselheiros (as) não justificaram ausência. Os demais Conselheiros (as) não justificaram ausência. Procedendo-se a segunda convocação e constatada a maioria absoluta de seus membros, o presidente do Conselho deu por aberta a reunião conjunta CONAM/CRH-DF, procedendo com o item 1 da pauta, agradecendo a presença do Senhor Governador do Distrito Federal Rodrigo Rollemberg, do presidente brasileiro da Itaipu Binacional, Jorge Miguel Samek, o Diretor de Coordenações da Itaipu Binacional, senhor Nelton M. Friedrich, o Secretário de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, Paulo Salles, o Superintendente do Banco do Brasil no Distrito Federal, José Amarildo Casagrande, a Secretária de Meio Ambiente do Estado de Goiás, Jaqueline Vieira, o presidente em exercício da Fundação Banco do Brasil, Marcos Frade e os Conselheiros e conselheiras presentes. Salientou que este é um momento especial, visto que, todos estão reunidos para tratar da agenda de águas e meio ambiente do Distrito Federal, em continuidade ao proposto na 1ª reunião conjunta de 2015. Nesta reunião de hoje, que conta com a presença do governador do Distrito Federal, será assinado um protocolo de intenções com a Fundação Banco do Brasil para o apoio de um conjunto de ações estratégicas da nossa agenda rumo a 2018 e também, um Termo de Cooperação Técnica com a Itaipu Binacional que vem nos trazer a experiência de um projeto premiado mundialmente pela boa gestão de águas, e também para apresentarmos os avanços do Mapa do Caminho das Águas para que, de fato, o Brasil se consolide como a Capital das Águas. Sobre o item 2 da pauta, convidou o senhor Jorge Samek para proceder a apresentação sobre o projeto da Itaipu Binacional “Cultivando Água Boa”, que visa, principalmente, a compatibilização do desenvolvimento econômico, com a geração de emprego e renda e a preservação

do meio ambiente. A seguir procedeu-se a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo do Distrito Federal e o Diretor brasileiro da Itaipu Binacional para o intercâmbio de experiências e boas práticas do programa Cultivando Água Boa, bem como, para o estudo e ações voltadas à melhoria da gestão da água. A seguir passou-se a palavra ao excelentíssimo senhor governador de Brasília, Rodrigo Rollemberg, que cumprimentou a todos e agradeceu aos parceiros e amigos pelo apoio e cooperação. Salientou que as atividades conjuntas dos dois Conselhos são das mais importantes pautas para o futuro de Brasília no anseio de torná-la referência nacional em sustentabilidade ambiental. No 8º Fórum Mundial das Águas, em 2018, serão apresentados os avanços alcançados na gestão ambiental. Dentre as prioridades desse governo está a obra do aterro sanitário para destinação e tratamento dos resíduos sólidos, já iniciada, implementação dos parques que estão criados legalmente, porém, não implementados, para que se tornem espaços de entretenimento e lazer para a população de Brasília. Que todas as 650 escolas de Brasília disponham de energia solar, como forma de minimizar os impactos ao ambiente. Temos também um vasto programa de arborização de Brasília e também, de recuperação de áreas de preservação permanente, de reflorestamento dos parques, tornando a cidade mais bonita e mais agradável para a população e ainda, programas permanentes de educação ambiental. Apesar do favorecimento das condições climáticas neste ano, que nos proporcionou um índice satisfatório de chuvas, com todas as nossas represas que abastecem Brasília vertendo água, isso nos anima a nos prevenir para dotarmos Brasília de uma infraestrutura segura e de uma política de abastecimento de água sustentável. Estamos investindo fortemente em infraestrutura, em comunidades como o Sol Nascente, o Vicente Pires, o Buritizinho, etc. Neste sentido, agradeceu ao Diretor da Itaipu Binacional e da Fundação Banco do Brasil, pela parceria no enfrentamento desse desafio. A seguir o Diretor de Coordenação da Itaipu Binacional, senhor Nelton Miguel Friedrich procedeu à apresentação do projeto Cultivando Água Boa. Falou da importância de trabalharmos as questões ambientais de forma articulada, com responsabilidade compartilhada entre governo, sociedade, organizações não governamentais, empresas públicas e privadas, universidades, escolas, comunidades, etc., onde a gestão socioambiental se dá numa abordagem sistêmica com ampla participação dos entes envolvidos. A seguir o Secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal chamou o presidente da Fundação Banco do Brasil, senhor Marcos Frade para a assinatura do Protocolo de Intenções em trabalhar junto com o Governo de Brasília nas causas ambientais. Finalizadas as assinaturas o presidente do Conselho prosseguiu com o item 3 da pauta, lembrando que a agenda ambiental não é exclusiva da secretaria de meio ambiente, mas sim de todo o governo de Brasília que trabalha de forma integrada e cooperativa. O Mapa Caminho das Águas representa o conjunto de ações dos atores do sistema de recursos hídricos do DF, que nos levará ao Fórum Mundial das Águas de 2018 e se estenderá além deste marco. Lembrou as parcerias formadas com outras secretarias para a consolidação da agenda ambiental e de recursos hídricos, a exemplo do trabalho que vem desenvolvendo com a ADASA envolvendo as Bacias Hidrográficas do DF e o Plano Distrital de Saneamento e de Resíduos Sólidos, que também conta com a participação da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos. No âmbito do Programa Cidades Sustentáveis do GEF (Global Environment Facility), foi aprovado o projeto Brasília no Clima, onde serão desenvolvidas um conjunto de ações voltadas para a gestão de recursos hídricos. Em parceria com o IBRAM/DF, foi criado um grupo de trabalho, chamado “Recupera Cerrado” para aliar os trabalhos em torno da recuperação do cerrado e diretrizes para a aplicação de recursos. Logo após a primeira reunião conjunta do CONAM e CRH foi criado o Comitê Coordenador do Cadastro Ambiental Rural para mapear, monitorar e apoiar a recuperação das bacias hidrográficas, das microbacias, das matas ciliares, das nascentes, a partir do mapeamento que está sendo feito pelo CAR. Neste sentido a EMATER e o IBRAM desempenham papéis importantes. Essas atividades culminam com o Decreto assinado pelo governador regulamentando o CAR, que será aplicado em mais de dezoito mil imóveis no Distrito Federal. A seguir, convidou o Secretário da SECTI, Prof. Paulo Salles, para fornecer informações sobre o Fórum Mundial das Águas, que acontecerá em 2018. O Secretário esclareceu que a realização do Fórum é um processo já iniciado e que se estenderá até a data do evento, em 2018. Estas ações devem levar à mudanças de paradigmas. A FAPE/DF tá abrindo uma linha de Edital para contemplar projetos relacionados à água. Existe um plano da FAPE/DF para juntamente com outros Estados do Centro Oeste disponibilizarem Editais para financiar projetos que favoreçam as Bacias Hidrográficas da região. Em reunião com o Conselho Mundial da Água a orientação para 2018 é que seja promovida uma integração maior entre as diversas áreas, fortalecer as relações políticas e estimular a participação da sociedade. Estamos trabalhando nessas linhas. Em seguida o Presidente da reunião convidou a Presidente da ADASA, Senhor Diógenes Mortari para falar sobre o plano de desenvolvimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas. O senhor Diógenes cumprimentou a todos e informou que o Comitê de Bacias do Paranoá elaborou um Termo de Referência - TR para compor o Plano de Bacia do Paranoá e convidou a ADASA para dar apoio. Nós aceitamos o desafio, visto que a ADASA já havia feito isto quando da elaboração do PGRH. Nossa equipe fez a análise que, possivelmente, será concluída esta semana, visto a necessidade de atualizações, inclusive, com impactos financeiros. Concluída esta etapa a ADASA se reunirá com o Comitê para apresentar as propostas de alterações. A seguir serão estudadas as propostas de alterações mais específicas referentes à licitação e depois será feita uma pesquisa de mercado que forneça subsídios de valor para a licitação. A seguir será composta a comissão de licitação, a exemplo do que foi feito na Modelagem do Plano de Saneamento. Concluídos estes trabalhos a SEMA será informada e começaremos o trabalho para o repasse de recursos que possibilita a ADASA executar o trabalho. O TR do Paranoá servirá de base para os Comitês do Rio Preto e do Maranhão. Ainda será decidido se todos os comitês terão um único Termo de Referência ou se cada Comitê terá um Termo específico. O presidente do Conselho seguiu com o item 4 da pauta e convidou o Subsecretário de Áreas Protegidas e Direitos Animais, Sr. Rômulo Andrade para fazer apresentação dos trabalhos do grupo Recupera Cerrado. Na ocasião

informou que a SEMA foi convidada a participar de alguns mutirões de plantios de árvores em áreas degradadas, onde foi levantada a necessidade de articulação de instrumentos. A partir disto foi criado o grupo Recupera Serrado, composto pela SEMA/IBRAM/EMATER/SEAGRI, e a ele foram agregadas outras instituições. O grupo está na sexta reunião e algumas visitas, envolvendo pessoas que trabalham com a conservação de floresta, e trabalham no desenvolvimento de ferramentas de gestão e acompanhamento para o Cerrado, que detalhe a situação e permita a gestão. A primeira proposta será apresentada no dia 11 de setembro de 2015. A proposta não é resolver o problema do Cerrado nesse governo, mas sim, apresentar proposta concreta e objetiva para a contenção de degradação e recuperação do Cerrado. O grupo já detectou a necessidade de integração com outras iniciativas governamentais, a exemplo do plano de manejo e conservação do solo. Nosso sonho é trazer iniciativas de empoderamento da sociedade nesse processo de construção e ao mesmo tempo ter referências políticas e institucionais para que o governo assegure que essas propostas advindas da academia e da sociedade, possa, efetivamente, se constituir em propostas de conservação. Outro ponto importante são as ferramentas e mecanismos de financiamento para isso, que existem, mas precisam ser melhorados. O presidente da reunião lembrou que na Semana do Cerrado ocorrerá a Virada Sustentável, e neste momento será inaugurado o Centro Cerratense, no Jardim Botânico, que será um espaço onde se trabalhará a convergência de ações e políticas para a proteção e conservação do Cerrado, a promoção e divulgação de pesquisas, tecnologias inovadoras, projetos ambientais e culturais que valorizem a sociodiversidade e a importância do Cerrado. Nas próximas reuniões, sugiro que seja feita uma apresentação da proposta de manejo do solo e da água, elaborado pela SEAGRI, para o conhecimento deste Conselho. A seguir o Presidente da reunião convidou o Subsecretário de águas, senhor Sérgio Ribeiro, para coordenar as apresentações dos presidentes do Comitê de Bacias do DF. O senhor Sérgio prosseguiu informando que o CRH/DF criou a Câmara Técnica de Saneamento Básico do DF e a implantação do Centro Internacional de Referência em Água e transdisciplinariedade, com a participação da sociedade civil, academia e governo, com algumas ações já iniciadas, em colaboração ao Fórum Mundial da Água de 2018. A seguir, convidou o presidente do Comitê do Maranhão, senhor Célio Brandalise para falar sobre os trabalhos desenvolvidos por este comitê. Informou que neste ano o Comitê vai mapear as nascentes do Maranhão, juntamente com as comunidades. A seguir convidou o senhor Genésio Muller, presidente do Comitê do Preto, para falar das ações deste Comitê. O senhor Genésio informou que o Preto é a maior área agrícola do DF e por isso concentra muitos problemas que demandam soluções, a exemplo, da ausência de manutenção das bacias e bigodes na área rural, que é o maior fator de assoreamento dos rios, bem como, a contaminação por lixo que vem das áreas urbanas, prejudicando as áreas rurais. A seguir convidou o presidente do Comitê de Bacias do Paranoá, Senhor Jorge Enoch, para apresentar os trabalhos do Comitê. Iniciou pelo planejamento de agenda do Comitê e demonstração da área de atuação dos afluentes do Tocantins, do Preto e Paranoá. São 23 representações, 7 do governo, 7 da sociedade civil e 9 de usuários de água do DF. Entre as competências do Comitê estão: arbitrar conflitos em primeira instância, promover debates, opinar sobre assuntos submetidos, recomendar a celebração de Convênios, estabelecer diretrizes para o Plano de Bacias e submetê-lo à audiência pública, aprovar o PGIRH, compatibilizar os Planos de Bacias e o PGIRH, acompanhar o Plano de Bacias do DF, encaminhar proposta de enquadramento dos corpos hídricos, definir prioridades para outorga, propor ao CRH os usos insignificantes dentro da nossa área de atuação, sugerir mecanismos de cobrança e faixa de valores de recursos hídricos, estabelecer critérios e promover o rateio de obras de uso múltiplo, desenvolver e apoiar iniciativas de educação ambiental, promover a divulgação de decisões tomadas. As ações que estão em pauta hoje quase três milhões de pessoas. Participamos da discussão de mudança da cota mínima do Lago Paranoá e no zoneamento dos usos do Lago Paranoá. Encaminhamos o Zoneamento para o CRH. Participamos do debate sobre o assoreamento do Lago Paranoá e sobre o uso e ocupação do solo. Participamos de evento sobre a relação do ZEE e dos RH do DF, em participação com o MP e a Fundação Pedro Jorge e também sobre técnicas e procedimento de erosão em obras. O CBH do Paranoá tem Termo de Referência pronto, resultado de uma parceria nossa com a WWF e com a AMBEV. O apresentador lembrou que o Comitê ainda é muito dependente do Estado, mas trabalha para reduzir esta dependência. O assunto em pauta é: como viabilizar a cobrança da água no DF, sugerir mecanismos de cobrança. Por último, dar continuidade das ações do CBH Paranoá como Parlamento das Águas na sua área de atuação. Sobre o item 5 da pauta o Presidente do CRH convidou o Presidente da Câmara Técnica de Assessoramento do CRH/DF, senhor Montenegro para apresentar o andamento dos trabalhos do Enquadramento dos Corpos de Águas superficiais do DF, que iniciou pela explanação do que seja o Enquadramento. É um instrumento previsto na Lei de Recursos Hídricos, que prevê, para água doce, a possibilidade de enquadramento em 5 classes, dependendo do tipo de uso que se deseja assegurar. Quando uma unidade da Federação ou a União estabelece o enquadramento de suas águas superficiais ela o está fazendo dentro de um determinado horizonte de prazo e de qualidade, ou seja, metas que se deseja alcançar. Informou que a maior parte do DF está na Bacia do Paranaíba. Falou sobre a dominialidade das águas do DF e a Resolução nº 01/2014 e 02/2014 do CRH/DF. Relembrou as metas, atividades e competências previstas na Resolução nº 02/2014. O presidente da reunião se pronunciou agradecendo a todos pela participação e pela riqueza de informações transmitidas hoje. Por fim, a Secretária de Meio Ambiente do Goiás, Sra. Jaqueline Vieira manifestou seus agradecimentos pelo convite e reforçou a importância deste evento para a integração das ações entre o Distrito Federal e o entorno nas questões ambientais. O presidente da reunião sugeriu uma reunião do Fórum de Secretários de Meio Ambiente do Bioma do Cerrado no Centro Cerratense. A seguir convidou o administrador do Lago Norte, Sr. Marcos que falou sobre a importância da luta pela conservação do solo, da biodiversidade, do trabalho comunitário, da conservação e produção de água é uma luta intensa mas, quando se olha a continuidade desse trabalho, que se estende por 12 anos e envolve 29 municípios, percebemos, de

forma clara, que estamos no rumo certo. As iniciativas que temos feito no Lago Norte, a exemplo do viveiro comunitário, horta medicinal, agricultura orgânica, recomposição das estradas, recuperação e adoção das nascentes, etc., reforça esta certeza: estamos no caminho certo para a sustentabilidade dos recursos naturais e do ambiente. A conselheira Regina Fittipaldi, do Fórum das ONGs, falou sobre a importância de formar alianças para realização das questões ambientais. A Presidente da Associação dos Produtores Rurais do Descoberto, Sra. Rosane, falou da importância de integração dos órgãos ambientais, públicos e privados, no planejamento e execução das ações ambientais. Não havendo mais considerações, o Presidente encerrou a reunião. A Ata será lida e aprovada por todos os conselheiros presentes e, posteriormente, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 169, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

Altera a composição da Comissão Setorial de Avaliação de Documentos da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – CSAD/PGDF, e dá outras providências.

A PROCURADORA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 6º, incisos V e XXXV, da Lei Complementar nº 395, de 31 de julho de 2001, RESOLVE: Art. 1º Alterar a composição da Comissão Setorial de Avaliação de Documentos da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – CSAD/PGDF, de que trata a Portaria nº 24/PRGDF, de 02 de março de 2005, alterada pela Portaria nº 19/PGDF, de 23 de novembro de 2010, e pela Portaria nº 44, de 18 de março de 2013, publicada no DODF nº 56, de 19 de março de 2013, que passa a ser composta pelos seguintes membros:

I-DIRETOR DA DIRETORIA DE SUPORTE ADMINISTRATIVO DA PROCURADORIA ADMINISTRATIVA;

II-DIRETOR DA DIRETORIA DE SUPORTE ADMINISTRATIVO DA PROCURADORIA DE PESSOAL;

III-DIRETOR DA DIRETORIA DE SUPORTE ADMINISTRATIVO DA PROCURADORIA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO URBANÍSTICO E IMOBILIÁRIO E SAÚDE;

IV-DIRETOR DA DIRETORIA DE SUPORTE ADMINISTRATIVO DA PROCURADORIA FISCAL;

V-DIRETOR DA DIRETORIA DE SUPORTE ADMINISTRATIVO DO CENTRO DE CÁLCULOS, EXECUÇÕES E CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS;

VI-DIRETOR DA DIRETORIA DE SUPORTE ADMINISTRATIVO DO GABINETE DA PROCURADORA-GERAL;

VII-CHEFE DO NÚCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO DO CENTRO DE ESTUDOS;

VIII-GERENTE DA GERÊNCIA DE ARQUIVO GERAL DA UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL;

IX-GERENTE DA GERÊNCIA DE PROTOCOLO CENTRAL DA UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO GERAL;

Parágrafo único. A presidência da CSAD/PGDF incumbe ao Gerente da Gerência de Arquivo Geral, que será substituído, em suas ausências e impedimentos legais, pelo Gerente da Gerência de Protocolo Central.

Art. 2º Incumbe aos Procuradores-Chefes das Unidades Especializadas da Procuradoria-Geral do Distrito Federal a consultoria à CSAD/PGDF nos assuntos afetos à sua competência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PAOLA AIRES CORRÊA LIMA

PORTARIA Nº 171, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

A PROCURADORA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no exercício da atribuição que lhe confere o artigo 6º, inciso XXIII, da Lei Complementar nº 395, de 31 de julho de 2001, e considerando o que dispõe o artigo 217, parágrafo único, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, bem como o contido no despacho subscrito pelo Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da Portaria nº 17, de 18 de fevereiro de 2015, da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 35, de 19 de fevereiro de 2015, constante dos autos do Processo Administrativo nº 0020-005.214/2014, RESOLVE:

PRORROGAR por 60 (sessenta) dias, a contar do dia 15 de outubro de 2015, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado por meio da Portaria nº 17, de 18 de fevereiro de 2015, da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 35, de 19 de fevereiro de 2015.

PAOLA AIRES CORRÊA LIMA

CONTROLADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA CONJUNTA Nº 11, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

Institui, nos âmbitos da Controladoria-Geral do Distrito Federal e da Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal, o sistema integrado de compartilhamento de informações, recursos humanos e tecnológicos.

O CONTROLADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL e o SECRETÁRIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, IGUALDADE, RACIAL E DIREITOS HUMANOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 105, Parágrafo único,